

# *Superior Tribunal de Justiça*

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.519.125 - RJ  
(2019/0164032-7)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**EMBARGANTE : DIEGO MACACIEL ARRUDA RODRIGUES**  
**ADVOGADO : ROGER FELIPE DE ALMEIDA SLOSASKI - RJ152713**  
**EMBARGADO : CONDOMINIO DO EDIFICIO LAGUNA DI MARE**  
**ADVOGADOS : PRISCILA BRAGANÇA LOPES RIBEIRO - RJ129985**  
**MARTA ALMEIDA PINTO - RJ127299**

## **DECISÃO**

Trata-se de embargos de declaração opostos em face da decisão por meio da qual neguei provimento ao agravo em recurso especial (fls. 894/896, e-STJ).

Em suas razões, o embargante pede esclarecimentos acerca da aplicação das Súmulas 83 e 568 do Superior Tribunal de Justiça à hipótese.

Afirma que o recurso especial foi interposto com base na alegação de violação a lei federal e que a Súmula 83/STJ tem incidência nos casos em que o recurso especial aponta a existência de divergência jurisprudencial, mas o acórdão recorrido se encontra em harmonia com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

Argumenta, também, que a Súmula 568/STJ se aplica às hipóteses de jurisprudência dominante, o que não ocorreria no caso dos autos, pois haveria apenas um acórdão que trata do tema discutido.

A parte embargada, regularmente intimada, apresentou impugnação de fls. 904/905, e-STJ, oportunidade em que requereu a aplicação de multa pela má-fé do embargante.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Anoto, inicialmente, que a parte embargante sequer aponta a existência de algum dos quatro defeitos típicos previstos no art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015 - a omissão, a obscuridade, a contradição e o erro material – que ensejaria a interposição dos embargos de declaração. Limitou-se, na verdade, a alegar, de forma genérica, que “a decisão padece de alguns vícios” (fl. 898, e-STJ), tendo impugnado a aplicação das Súmulas 83 e 568 desta Corte. Os referidos enunciados sumulares, todavia, incidem, sim, à espécie, como se verificará a seguir.

Com efeito, nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça,

# *Superior Tribunal de Justiça*

a Súmula 83/STJ se aplica aos recursos especiais interpostos com fundamento tanto na alínea “c” quanto na alínea “a” do inciso III do art. 105 da Constituição Federal.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA RECURSAL DA DEMANDADA.

1. A decisão proferida pelo Tribunal de origem está em consonância com o entendimento desta Corte, no sentido de que embora intitulado empresarial, o contrato coletivo de plano de saúde que possua número ínfimo de participantes, como no caso - apenas sete beneficiários -, dado o seu caráter de contrato coletivo atípico, justifica a incidência do CDC e o tratamento excepcional como plano individual ou familiar. Precedentes.

2. Incidência da Súmula 83 do STJ, aplicável para o recurso interposto por ambas as alíneas do permissivo constitucional.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1430929/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 25/6/2019, DJe 28/6/2019)

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL. CONTRATO DE LOCAÇÃO. EXECUÇÃO DE MULTA CONTRATUAL EM RAZÃO DA RESCISÃO ANTECIPADA DO CONTRATO. CUMULAÇÃO DE MULTAS COMPENSATÓRIAS. INVIABILIDADE. REEXAME DE MATÉRIA CONTRATUAL E FÁTICA DA LIDE. SÚMULAS 5 E 7/STJ. ENTENDIMENTO ADOTADO NESTA CORTE. VERBETE 83 DA SÚMULA DO STJ. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO. NÃO IMPUGNAÇÃO. INCIDÊNCIA DO VERBETE 283 DA SÚMULA/STF. NÃO PROVIMENTO.

1. Se as questões trazidas à discussão foram dirimidas pelo Tribunal de origem de forma suficientemente ampla, fundamentada e sem omissões, deve ser afastada a alegada violação ao artigo 535 do Código de Processo Civil de 1973.

2. Inviável a análise do recurso especial quando dependente de reexame de cláusulas contratuais e de prova (Súmulas 5 e 7 do STJ).

3. "Conquanto seja possível a cumulação das multas moratória e

# Superior Tribunal de Justiça

compensatória, é indispensável para tanto que ambas estejam previstas no contrato e tenham fatos geradores distintos" (AgRg no REsp 1280274/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 23/6/2015, DJe 30/6/2015)

4. O Tribunal de origem julgou nos moldes da jurisprudência desta Corte. Incidente, portanto, o enunciado 83 da Súmula do STJ.

5. "A incidência da Súmula 83/STJ não se restringe aos recursos especiais interpostos com fundamento na alínea "c" do permissivo constitucional, sendo também aplicável nos reclamos fundados na alínea "a", uma vez que o termo "divergência", a que se refere a citada súmula, relaciona-se com a interpretação de norma infraconstitucional". (AgRg no AREsp 679.421/RJ, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 17/3/2016, DJe 31/3/2016)

6. As razões elencadas pelo Tribunal de origem não foram devidamente impugnadas. Incidência do enunciado 283 da Súmula/STF.

7. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 720.037/SC, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 3/5/2016, DJe 11/5/2016)

Registro, além do mais, que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça consolidou-se no sentido de que o quórum exigido para a destituição do cargo de síndico do condomínio é a maioria absoluta dos condôminos presentes na assembleia geral extraordinária. Esse entendimento é adotado, não só no julgamento do REsp 1266016/DF, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/12/2014, DJe 5/2/2015, como também, a título de exemplo, nas seguintes decisões monocráticas: REsp 1753049/DF, Ministro RAUL ARAÚJO, 1/4/2019 e AREsp 233494/DF, de minha relatoria, 1/2/2017.

Verifico, assim, que a parte embargante pretende, sob o pretexto de existência de *vícios* (fl. 898, e-STJ), o re julgamento da causa. Os embargos de declaração não se prestam ao re julgamento ou, simplesmente, ao prequestionamento de normas jurídicas ou temas que, segundo a ótica da parte, deveriam guiar ou conduzir a solução do litígio. Eles servem para suprimimento de omissões e esclarecimento de dúvidas e contradições do julgado, de tal forma que, se existentes tais vícios, sua correção venha

# *Superior Tribunal de Justiça*

eventualmente a prequestionar os pontos levantados pela parte.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RESPONSABILIDADE CIVIL. ERRO MÉDICO. DANOS MORAIS. MATÉRIA DE FATO. REVISÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. CPC. ART. 535. VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA.

1. Não ofende o art. 535 do CPC a decisão que examina, de forma fundamentada, todas as questões submetidas à apreciação judicial.
2. "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial" (Súmula 7/STJ).
3. Consoante entendimento pacificado no âmbito desta Corte, o valor da indenização por danos morais só pode ser alterado na instância especial quando manifestamente ínfimo ou exagerado, o que não se verifica na hipótese dos autos.
4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no Ag 829.006/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 17/9/2015, DJe 28/9/2015).

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DANOS MORAIS E MATERIAIS. INDENIZAÇÃO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. REEXAME DE PROVAS. INVIABILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. Não há falar em negativa de prestação jurisdicional se o tribunal de origem motiva adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entende cabível à hipótese, apenas não no sentido pretendido pela parte.
2. A reforma do julgado demandaria o reexame do contexto fático-probatório, procedimento vedado na estreita via do recurso especial, a teor da Súmula nº 7/STJ.
3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 670.511/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/2/2016, DJe 1/3/2016)

Por fim, em que pese o não provimento dos embargos de declaração, sua

# *Superior Tribunal de Justiça*

interposição, por si só, não pode ser considerada como protelatória ou como litigância de má-fé, de modo que incabível, por ora, a aplicação de penalidade à parte que exerce regularmente faculdade processual prevista em lei (EDcl no AgInt nos EAREsp 782.294/DF, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/12/2017, DJe 18/12/2017).

Em face do exposto, rejeito os embargos de declaração.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora

